

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROJETO DE LEI 1174/2019-SP E A ESTIGMATIZAÇÃO EM TORNO DA DOCÊNCIA MASCULINA

Palavras-chave: Educação Infantil; Relações de Gênero; Docência Masculina.

João Victor da Costa Viana- FE/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Aparecida Guedes Monção- FE/UNICAMP

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Compreender como ocorrem as relações de gênero em uma instituição de Educação Infantil quando há professores homens.

Objetivo Específico

- Analisar a luz dos estudos e da legislação da área de educação como o Projeto de Lei 1174/2019-SP pode afetar **negativamente** a docência masculina na Educação Infantil.

METODOLOGIA

Considerando o objetivo da pesquisa optou-se por uma perspectiva qualitativa, por meio de um levantamento bibliográfico sobre a docência masculina na educação infantil em artigos publicados em periódicos científicos, e o banco de dissertações e teses da Capes. Além do estudo bibliográfico será realizada análise da legislação vigente e do Projeto de Lei 1174/2019-SP.



FONTE: iStock/Lunetas

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Dados do último Censo Escolar, realizado em 2017, mostram que as mulheres são maioria absoluta no exercício do magistério na Educação Infantil, representando 96,6% dos profissionais que atuam com crianças de 0 a 6 anos.
- Buscando compreender a falta de professores homens, analisamos o conceito de gênero. Para tanto recorremos a Piscitelli (2009). A autora define o conceito como um constructo histórico cultural que foi elaborado e difundido por militantes feministas, a fim de evidenciar que tal construção binária acarretou numa disparidade nociva, onde homens passaram a exercer domínio sobre as mulheres em diversos setores da sociedade.
- As desigualdades entre homens e mulheres impactaram o mundo do trabalho, onde as mulheres foram ocupando cargos relacionados ao cuidado e educação, com prestígio e remuneração inferiores por se acreditar que eram as mais bem designadas para tais funções, sob um discurso do amor maternal. (BADINTER, 1980).



Fonte: Nova Escola

XXIX Congresso de Iniciação Científica da Unicamp - 2021

- Com as novas exigências do mundo capitalista industrializado, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, havendo a necessidade do Estado brasileiro criar um espaço para tutelar as crianças filhas dessas mulheres. Para preencher esse novo cargo apelou-se às mulheres, a fim de baratear a mão-de-obra e controlar a sexualidade feminina. (NOGUEIRA, 2004)
- Mariano (2016) frisa que a atuação nas recém criadas instituições de educação infantil proporcionou às mulheres uma colocação no mercado de trabalho mas a docência se comparava ao casamento, reforçando a ideia de não profissionalismo do cuidar-educar, pois não se haviam motivos para exigir um salário maior para se exercer uma atividade “maternal”.
- Assim, apesar de não se restringir ao magistério na educação infantil, a inserção das mulheres no mundo do trabalho se deu de forma controversa, dado que mesmo atuando na esfera pública não perderam a funções de cuidadora do lar e da família estabelecidas pelo patriarcado, o que traz reflexos até os dias de hoje.

- Como reflexo da constituição sexista e binária de nossa sociedade, o processo de feminização do magistério da Educação Infantil foi tão profundo e expressivo que traz consequências até os dias de hoje.
- A marca de gênero na profissão é tão expressiva que não se restringe ao Brasil. Segundo Sarmiento (2002) até o ano de 1974 era proibida a presença de professores homens em instituições de educação das infâncias. O fim dessa proibição ocorreu quando o Estado português passou a desenvolver políticas públicas que assumiam a educação das infâncias como parte do processo educativo e rompendo com um caráter assistencialista, apontando semelhanças com o Estado brasileiro com a Constituição de 1988, que incorpora a educação infantil à educação básica.
- Cardoso (2004) afirma que a figura sobre um novo homem e diferentes formas de manifestação da masculinidade tem ganhado espaço em diversos espaços sociais, como na academia e na mídia, favorecendo a inserção desse novo homem em espaços de educação das infâncias.
- Contudo, ainda vivemos em uma sociedade sexista e machista, que ainda sofre com as tensões de gênero, e que também estão presentes na educação infantil. Cardoso (2004) afirma que professores homens estão sujeitos a questionamentos sobre suas sexualidades quando assumem cargos na educação infantil. Tendo como sujeitos de sua pesquisa nove professores homens da rede municipal de Belo Horizonte/MG, o autor salienta que em quase todas as entrevistas que realizou os homens se mostram superiores às mulheres, sempre em posição de vantagem, demonstrando dificuldade em desenvolver trabalhos mais coletivos.
- Ainda ao serem entrevistados, quase todos os professores homens afirmam que não identificam o magistério como uma profissão feminina, mas se contradizem e são machistas ao relatar que se negam a pedir ajuda para as colegas mulheres pois isso representaria ser incooperante e inseguro, além de menosprezar o profissionalismo delas por também atuarem no âmbito doméstico.
- O autor conclui que por mais que o magistério na educação infantil seja associado exclusivamente às mulheres, há mais oportunidades aos homens para que abandonem a sala de aula para ocuparem cargos de administração e chefia, como a gestão escolar, o que reforça relações de gênero desiguais em que os homens gozam de privilégios e usufruem de cargos mais próximos a um padrão social de masculinidade.

Nas lentes da moral educacional contemporânea os homens se constituem enquanto um perigo a ser mapeado e, conseqüentemente, afastado. Perversos e sujos, ora considerados pedófilos em potencial, ora incentivadores da homossexualidade, eles se constituem em uma espécie de violadores da pureza infantil. (VASCONCELOS; POCAHY, 2013, p.144).

Episódios que evidenciam preconceitos em relação à figura masculina são os casos de mães e familiares que organizaram protestos em frente à Câmara de Vereadores de Barretos/SP. Segundo Yamada (2015), o movimento era contrário a uma decisão da prefeitura de substituir parte dos professores por cuidadores e auxiliares a partir da aprovação em concurso público de nível médio.

- O mesmo aconteceu no município de Araçatuba/SP. De acordo com Aline Galcino, jornalista de um jornal local do município, o Hojemais Araçatuba, o primeiro protesto aconteceu em 07/10/2019, onde as mães queriam reverter a aprovação da Lei Municipal nº7973, de 12 de setembro de 2017 (e Lei complementar nº260, de 03 de outubro de 2017) que cria e dispõe sobre o cargo de agente escolar. O novo cargo do município exigia formação mínima no Ensino Médio, sem distinção de gênero. Como em Barretos, as mães araçatubenses alegaram não se sentir confortáveis em saber que um profissional homem poderia desempenhar atividades de higiene íntima de seus filhos.
- Foi assim que no dia 24/10/2019 a deputada Janaina Paschoal apresentou o projeto de lei nº1174/2019 à ALESP. A proposta prevê que cuidados íntimos e de higiene de bebês e crianças pequenas, como trocar fraldas e acompanhá-las ao banheiro seja uma atribuição competida unicamente a profissionais do sexo feminino. Para reforçar que estaria lançando mão na defesa das crianças e responsáveis, Paschoal afirmou que a preocupação não era restrita ao município de Araçatuba, havendo a necessidade de “[...]elaborar uma lei para garantir a tranquilidade desejada por toda família que deixa sua criança em uma instituição de ensino, pública ou privada.” (Jornal HojeMais Araçatuba, GALCINO, 2019)
- Ao insistir em criar uma lei a nível estadual, sobretudo a partir da demanda de algumas famílias que se dizem amedrontadas com a possibilidade de que bebês e crianças sejam vítimas de algum tipo de abuso sexual por parte de profissionais do sexo masculino, elas fortalecem discursos que concebem o homem como um abusador em potencial, fazendo com que se crie um estigma em torno de homens que atuam na educação infantil. (BELLO, ZANETTE E FELIPE, 2020)



Dep. Janaina Paschoal. Fonte: ALESP



Fonte: Jornal Hojemais Araçatuba, out. de 2019.



Fonte: GQ- Globo

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

- As relações de gênero na educação infantil são explicitamente desiguais quando há professores homens trabalhando;
- O magistério na educação infantil ainda é visto pela maioria da sociedade como uma profissão exclusivamente feminina;
- O projeto de lei 1174/2019-SP não viabiliza debates em torno do papel do homem na sociedade; Fere a LDB ao tentar dissociar o cuidar e o educar; É inconstitucional pois as profissões não são estabelecidas a partir de gênero; Cerceia a prática de todos os profissionais homens que atuam na educação infantil;
- Uma infância livre de estereótipos de gênero pode promover a equidade de gênero;
- É necessária uma formação nos cursos de licenciatura que contemple as questões de gênero;

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. Projeto de lei nº 1174/2019, de 16 de outubro de 2019. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. São Paulo, 2019.

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BRASIL. Censo Escolar da Educação Básica 2017/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2017.

CARDOSO, F. A. Homens fora de lugar? A identidade de professores homens na docência com crianças. Dissertação de Mestrado em Educação, Belo Horizonte: UFMG, 2004.

GALCINO, Aline. Polêmica de banho dado por homens em creches vira projeto na Alesp. Hojemais Araçatuba. Araçatuba, 16 out. 2019. Disponível em:
<<https://www.hojemais.com.br/aracatuba/noticia/politica/polemica-de-banho-dado-por-homens-em-creches-vira-projeto-na-alesp>> Acesso em: 14 abr. 2021.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. As influências do trabalho docente feminino na cultura escolar do extremo Oeste Paulista (1932-1960). 2016. 400f. Tese de Doutorado- Pós-Graduação em Educação, UNESP, Presidente Prudente, 2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148

VASCONCELLOS, Francisco Ulisses Paixão e. “Não é a mamãe?”: a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da Educação Infantil. Textura, n.28, maio/ago. 2013.